



## Cidade e hidrelétrica na Amazônia brasileira: espaço e memória entre o “velho” e o “novo” Repartimento (Pará)

### Town and hydroelectric dam in Brazilian Amazonia: space and memory between “old” and “new” Repartimento (Pará)

*José Carlos Matos Pereira* – Doutor em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCIS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisador vinculado ao MEMOV/CBAE da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: [jcpmatos@gmail.com](mailto:jcpmatos@gmail.com)

#### Resumo

Os grandes objetos marcam a paisagem recente da Amazônia e desestruturaram vidas preexistentes nos lugares onde se instalam, como aconteceu com o empreendimento hidrelétrico de Tucuruí, estado do Pará, inaugurado na década de 1980. Novas configurações socioespaciais ocorreram com a construção desse projeto, acompanhadas de expropriação, violência, baixas indenizações e promessas não cumpridas, resultando na criação do Movimento dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí. Apoiado em bibliografia específica, fontes documentais e entrevistas, o artigo aborda essas transformações. Mostra, a partir das lembranças de antigos moradores, a Vila de Velho Repartimento, onde se percebem os construtos socioespaciais, os elementos de sociabilidade e as relações de trabalho antes do enchimento do lago de Tucuruí.

#### Palavras-chave

Grandes objetos. Hidrelétrica de Tucuruí. Velho Repartimento. Novo Repartimento. Movimento dos atingidos.

#### Abstract

The large objects mark the recent landscape of Amazonia and disrupt pre-existing lives in the places where they are installed, as happened with the Tucuruí hydroelectric enterprise, in the State of Pará, inaugurated in the 1980s. New socio-spatial configurations occurred with the construction of this project, accompanied by expropriation, violence, low compensations and unfulfilled promises, leading to the creation of the Movement of People Affected by the Tucuruí dam. Supported by specific bibliography, documentary sources and interviews, the article addresses these transformations. It shows, from the memories of its former residents, the village of Velho Repartimento, where the socio-spatial constructs, the elements of sociability and the labor relations are perceived in one of the places of first home for the affected people, submerged with the construction of the dam on the Tocantins River and the formation of the lake.

#### Keywords

Large objects. Tucuruí dam. Velho Repartimento. Novo Repartimento. Movement of People Affected.

## INTRODUÇÃO

Todos os objetos espaciais são portadores de um discurso. Com essa ideia, o geógrafo brasileiro Milton Santos (1995) buscou mostrar como, na Amazônia, os grandes projetos, por ele chamados de grandes objetos, trazem consigo não apenas uma mudança na paisagem regional – dando lugar ao “novo”, aquilo que chega, em substituição ao “velho”, aquilo que se quer suprimir –, como também no campo das ideias que se assimila sobre a região.

Nessa dinâmica de acréscimos e supressões, grande importância assume o espaço, que é, por excelência, uma dimensão importante da sociedade (SANTOS, 1986). Para o mesmo autor, o espaço não pode ser compreendido tão somente a partir daquilo que ele exterioriza em sua paisagem (SANTOS, 1988) – os sistemas de objetos –, mas está também dialeticamente associado às ações que a ele dão sentido a partir da sociedade que o dinamiza e que o integra – os sistemas de ações (SANTOS, 1994).

O espaço é, portanto, conforme também chama a atenção Lefèbvre (1974), uma criação humana, um produto das relações sociais, sendo, por isso, socialmente produzido. Contém, em razão disso, passado e presente, pelo ato de as sociedades transformarem a natureza primeira em natureza humanizada. Aquelas definem, em cada lugar, um papel específico, segundo os reclamos da divisão social e territorial do trabalho.

É dessa forma que se pode compreender a construção de hidrelétricas, estradas, portos, fábricas e cidades na Amazônia, que são objetos ou conjunto de objetos que modernizam a paisagem regional e materializam, igualmente, as relações de poder no espaço. Não nos referimos apenas ao “homem comum”, mas destacamos a lógica mercantil de empresas, firmas e grandes grupos econômicos que comandam a economia mundial. Trata-se da inserção subordinada e seletiva do subespaço nacional aos ditames do capital internacional (SANTOS, 2006).

No caso aqui a ser apresentado<sup>1</sup>, tratamos da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no Rio Tocantins, no estado do Pará, e que foi inaugurada na década de 1980, após a formação da barragem que deu origem ao grande lago de Tucuruí, construídos pela necessidade de fazer funcionar aquele grande

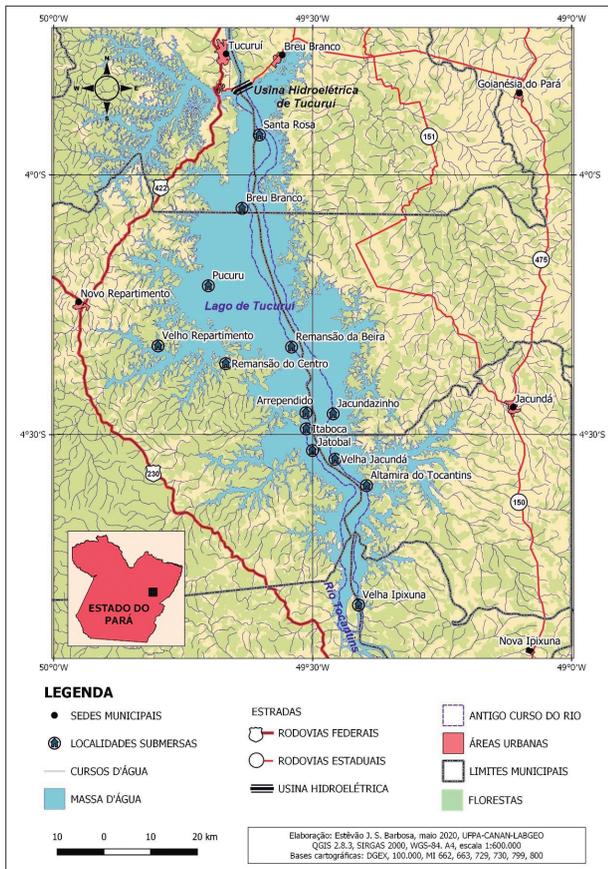
---

<sup>1</sup> Este artigo decorre da participação do autor no âmbito do projeto de pesquisa “As lutas dos atingidos pela usina hidrelétrica de Tucuruí – das primeiras mobilizações em contexto autoritário às condições de mobilização subsequentes à redemocratização do país”, coordenado pelo Prof. Dr. Henri Acselrad, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), durante estágio Pós-Doutoral, e financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Agradeço as generosas críticas, sugestões e contribuições propostas pelo Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior (NAEA/UFPA).

objeto, uma demanda para abastecer de energia principalmente outros grandes projetos instalados na região amazônica.

Esse empreendimento desarranjou modos de vida preexistentes, como o que aconteceu com a localidade de Velho Repartimento, e impôs novos arranjos socioespaciais e culturais aos lugares sob sua influência, a exemplo de Novo Repartimento, para onde foi reassentada parte da população atingida. O Mapa 1 nos mostra a localização do empreendimento e seu entorno, incluindo as vilas em referência.

Mapa 1 – Usina Hidrelétrica de Tucuruí: localização e entorno



Além de revisão bibliográfica sobre o tema em estudo, a pesquisa se apoiou: em análise documental sobre o Movimento dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí; em manuseio de acervos fotográficos – de moradores das cidades do entorno do reservatório da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHE-Tucuruí) e de Miguel Chikaoka –, que usamos para ilustrar algumas situações

específicas; assim como em trabalho de campo com realização de entrevistas nas cidades de Brasília (DF) e Belém (PA), em agosto de 2017, e em Belém, Tucuruí (PA), Breu Branco (PA) e Novo Repartimento (PA), nos meses de abril e julho de 2018, com antigos integrantes do Movimento dos Atingidos e assessores ligados à Prelazia de Cametá.

Para o desenvolvimento do raciocínio a ser empreendido, aborda-se, de início, o processo de urbanização e a dinâmica recente nas cidades amazônicas. Em seguida, caracteriza-se histórica e socioespacialmente a Vila de Velho Repartimento. Finaliza-se o artigo falando-se das lutas e resistência presentes em Velho Repartimento, de onde foi desterritorializada a população com vistas à formação do lago já referido, e em Novo Repartimento, para onde foi realocada a população impactada pelo grande objeto hidrelétrico.

## 1 URBANIZAÇÃO E CIDADES NA AMAZÔNIA

Os anos de 1970 demarcam um momento importante na urbanização da Amazônia brasileira. Nessa década, tem-se a chegada de grandes objetos, projetos de grande escala<sup>2</sup> e grandes projetos, tratados em estudos importantes como os de Santos (1994, 1995), o de Ribeiro (1985) e o de Castro (1995)<sup>3</sup>, respectivamente. Tais empreendimentos tinham por objetivo atrair o capital nacional e internacional, especialmente aquele ligado à atividade da mineração e demandante de grande quantidade de energia. A construção da Hidrelétrica de Tucuruí se inscreve nesse contexto.

O crescimento populacional nas cidades, a multiplicação dos núcleos urbanos, a difusão do modo de vida urbano e a concentração da mão de obra assalariada que daria suporte ao desenvolvimento das atividades em curso são as características daquilo que Becker (1990a) denominou de “fronteira urbana”. Ou

<sup>2</sup> Com referência ao seu gigantismo, Ribeiro (1985) analisa que: “(1) los proyectos requieren grandes movimientos de capital y mano de obra; (2) constituyen intervenciones geopolíticas planificadas; (3) una corporación grande y poderosa maneja todo el proceso; (4) los proyectos se legitiman mediante una ideología de redención” (RIBEIRO, 1985, p. 34). Soma-se a isso, o corpo técnico especializado de advogados, engenheiros, planejadores urbanos, economistas, agrônomos, dentre outros, que dão legitimidade e racionalidade científica ao empreendimento.

<sup>3</sup> Dentre eles, os de mineração “Projeto Ferro Carajás (ferro), a Mineração Rio do Norte (Bauxita), Albrás/Alunorte e Alumar (alumínio-alumina) e outros projetos da CVRD tais como os de manganês, de cobre e outro”. São grandes projetos demandantes de energia e de recursos públicos para financiar a obra, a infraestrutura e eventuais fracassos, além do uso intensivo e predatório da natureza. A construção da hidrelétrica de Tucuruí se inscreve nesse contexto, para dar suporte aos outros grandes projetos em curso na região, conforme analisou Castro (1995, p. 102). Quando foi inaugurada em 1984, já havia consumido US\$ 5 bilhões e 400 milhões. Desse valor, US\$ 500 milhões representava o lucro líquido da empresa responsável pela obra, a Camargo Corrêa (PINTO, 1995).

seja, uma estratégia de rápida ocupação da Amazônia com vistas às políticas de ordenamento territorial decorrentes do modelo desenvolvimentista imposto à região e que tem nas cidades e no modo de vida urbano um elemento importante de apropriação do território.

Foi na cidade que passou a se dar a ressocialização da população migrante, que chegava à Amazônia advinda de várias regiões do País, e a se localizar as instituições estatais, financiadoras, gerenciadoras e mantenedoras do “desenvolvimento” regional. É dessa maneira que ocorre o sentido do urbano na fronteira, muito bem definido por Becker (1990a).

Não se restringe esse processo a uma simples urbanização da população, também admitida pela mesma autora, ao constatar o crescimento populacional de cidades e vilas e a difusão de aglomerados urbanos por toda a região, mas, em especial, na sua porção oriental e meridional. O urbano em Becker (1990a) é, sobretudo, espaço de apoio à mão de obra móvel e polivalente e ao estabelecimento de políticas urbanas, definidas inicialmente em nível federal, de forma a estabelecer condições para a circulação intrarregional e para a ressocialização do migrante no interior da própria região.

É a partir desse pressuposto que se entende o processo de mobilidade da força de trabalho como elemento explicativo do que a autora veio a chamar de “fronteira urbana”, responsável por definir o papel dos núcleos urbanos na fronteira econômica (Quadro 1).

Quadro 1 – Papel dos núcleos urbanos na fronteira

PAPEL	EXPRESSÕES
Atração de fluxos migratórios	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Zona Franca de Manaus: incentivos fiscais;</li> <li>• “Urbanismo rural” do INCRA: agrovilas, agrópolis, rurópolis;</li> <li>• Polamazônia: desenvolvimento urbano de polos selecionados;</li> <li>• Criação de núcleos planejados e investimentos em infraestrutura urbana.</li> </ul>
Base de organização do mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pontos de concentração e redistribuição da força de trabalho;</li> <li>• Residência e mercado de trabalho alternativo;</li> <li>• Espaço de concentração de comércio e serviços.</li> </ul>
Lócus da ação política e ideológica com vistas ao controle social	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sede do poder político e de outros aparelhos ideológicos;</li> <li>• Local de preparação da população para o seu papel na sociedade (incorporação de valores necessários à reprodução social);</li> <li>• Lugar de ressocialização do migrante;</li> <li>• Espaço regulador das tensões advindas do campo.</li> </ul>

Fonte: Trindade Júnior (2013), elaborado a partir de Becker (1990a).

Trata-se, assim, de processo especializado que envolve: crescimento populacional nas cidades; expressiva expansão das dimensões físicas dos núcleos já existentes; surgimento de novos populacionais; e, sobretudo, difusão de valores urbanos e de formas novas e renovadas de reprodução do capital e de controle social (BECKER, 1990a).

Tal processo teve nos núcleos urbanos uma base referencial por meio da qual os agentes capitalistas recrutavam, distribuíam e estabeleciam um uso mais racional da mão de obra, ao mesmo tempo em que otimizavam o tempo em razão da versatilidade e polivalência conferida a ela no seu processo de formação do trabalhador e incentivando, ao mesmo tempo, suas necessidades de consumo. Em contraponto, para os trabalhadores, isso significava maior instabilidade e exploração da mão de obra, dificuldades de organização sindical e política e estabelecimento de estratégias diversas de sobrevivência, especialmente das famílias camponesas, submetidas a processos de exploração (BECKER, 1990a).

Isso esteve em consonância com as mudanças que ocorreram nas cidades do sudeste paraense a partir da instalação de grandes empreendimentos, especialmente Tucuruí, impactada com a construção da hidrelétrica de mesmo nome e que experimentou, no período, a chegada de grande contingente populacional de dentro e de fora da região<sup>4</sup>. Segundo informações<sup>5</sup> prestadas por um ex-técnico da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e assessor da Comissão dos Atingidos, chegaram 35 mil migrantes à cidade que, na época, tinha pouco mais de 20 mil habitantes (informação verbal)<sup>6</sup>.

Vinham em busca dos empregos prometidos pelo governo com o empreendimento, sem que as medidas de ampliação de bens e serviços fossem

<sup>4</sup> Diz Becker (1990b, p. 20): “a mobilidade é fruto das estratégias dos agentes sociais para moldar o mercado de trabalho. A estratégia do Estado para a mobilidade sócio-espacial está contida implícita ou explicitamente em todas as suas políticas. Ele promove a atração de massas de migrantes, condiciona os fluxos migratórios, a apropriação/expropriação de terras e o processo de proletarianização do campesinato”.

<sup>5</sup> Para efeitos de citação dos entrevistados, usamos nomes fictícios a fim de garantir o anonimato dos nossos interlocutores, sendo essa, portanto, uma forma de resguardar suas respectivas identidades. Assim, em substituição aos nomes verdadeiros, buscamos atribuir pseudônimos, associando-os às denominações de lugares que ficaram submersos (Mapa 1) em decorrência da formação do lago que serve de reservatório para a hidrelétrica. Tais lugares foram muitas vezes rememorados em nossas conversas, por isso escolhemos alguns deles para nomear os entrevistados, a saber: Dona “Altamira do Tocantins”, Dona “Itaboca”, Seu “Jacundazinho”, Seu “Jatobal”, Seu “Remansão da Beira”, Seu “Remansão do Centro” e Dona “Santa Rosa”. Ao representante da Eletronorte, citado em entrevista no artigo, atribuímos o pseudônimo de Seu “Tucuruí”, como referência ao empreendimento hidrelétrico tratado no decorrer da análise. Ressaltamos ainda que a escolha dos entrevistados tomou como referência a premissa do informante-chave. Ou seja, aquele que tinha informação relevante sobre o processo em curso, conforme propõe Queiroz (1991).

<sup>6</sup> Informação concedida pelo Seu Remansão do Centro, agrônomo, em Belém, em agosto de 2017.

tomadas para dar conta dessa situação. O aumento do preço dos aluguéis e do custo de vida, a especulação imobiliária, a proliferação de prostíbulo e a chegada de grande número de prostitutas, especialmente do estado do Maranhão, inclusive menores de idade, foram aspectos relatados sobre o período. Trata-se da “população flutuante”, conforme foi denominada pelo entrevistado mencionado quando se referiu a este tipo de população.

De acordo com os dados do Serviço de Patrimônio Imobiliário (SPI), das Centrais Elétricas do Norte do Brasil, a Eletronorte S/A – a empresa estatal responsável pelo empreendimento –, até o ano de 1987 haviam sido cadastradas seis mil famílias atingidas pela obra, gerando o total de 4.198 processos (informação verbal)<sup>7</sup>.

Nesse período, a cidade de Tucuruí não era tão grande e se limitava à sua atual área central, às proximidades do Rio Tocantins, onde o cotidiano revela as vivências com o rio, o entorno, a natureza, as identidades e os laços de pertencimento com as práticas alimentares, econômicas e socioculturais locais e regionais, próxima daquilo que tem sido conhecido como “cidade ribeirinha” (TRINDADE JÚNIOR, 2010).

As transformações no âmbito da vivência dessas populações remetem às contradições da produção desigual do espaço e da ruptura de antigos padrões de organização socioespacial, distinguindo e distanciando aquela parte da cidade – onde vivia a população do lugar – da outra, criada pelo grande empreendimento para atender aos empregados da companhia, com infraestrutura e serviços, de forma a assegurar a reprodução da força de trabalho e atender às hierarquias sociofuncionais da empresa.

Trata-se da cidade-empresa, um novo formato socioespacial de cidade presente na região desde a década de 1930, com a construção dos núcleos de Fordlândia e Belterra, no oeste paraense, pela Companhia Ford Industrial do Brasil (CFIB) durante a instalação da *plantation* de seringa de Henry Ford e que reapareceu novamente para atender às demandas dos grandes projetos, como as decorrentes da construção da Hidrelétrica de Tucuruí. Como analisa Piquet (1998), a cidade-empresa foi a estratégia usada pelo capital para dotar de infraestrutura e serviços aquelas áreas destituídas de tal condição, tendo, por fim, a realização de atividades produtivas.

São, em outros termos, as *company towns*, cidades planejadas e localizadas em pontos estratégicos – nas proximidades de rios, estradas e florestas e de fácil acesso à mão de obra. Trata-se de um espaço programado para viabilizar a

<sup>7</sup> Informação concedida pelo Seu Tucuruí, representante do SPI/Eletronorte em entrevista ao Grupo de Estudos Especiais da empresa Engevix, no Rio de Janeiro-RJ, em maio de 1987.

exploração dos recursos naturais da Amazônia (PEREIRA; SILVA; FERREIRA 2002; RODRIGUES, 2002). Do mesmo modo, negam o padrão de urbanização da região e os agentes locais, uma vez que se trata de espaços estruturados com equipamentos e serviços diferenciados daqueles até então existentes, representando novas formas de gestão do território, sob o comando de empresas que neles estabelecem suas bases logísticas de ação e de controle de recursos e dos territórios. Devem, por isso, ser considerados novos “enclaves urbanos” (TRINDADE JÚNIOR; ROCHA, 2002; ROCHA; GOMES, 2002), que contrastam com as formas da vida precária do restante da cidade que se realiza ao seu redor.

Como afirmou Piquet:

a cidade-empresa é vista, pela quase unanimidade de seus moradores, como um paraíso para as crianças, o lugar onde se encontra a segurança perdida nas cidades [...] de que estas oferecem um padrão de vida de alta qualidade, embora sob olhar repressor da empresa e da comunidade. Sentem-se como segmentos privilegiados da força de trabalho e interpretam o caráter transitório da vida nessas comunidades como uma oportunidade de trabalho semelhante, ou até superior às que teriam em qualquer outra cidade (PIQUET, 1998, p. 39).

Nesse mesmo período, outro construto socioespacial e arquitetônico aparece como uma nova modalidade de assentamento urbano, a “cidade planejada”, para receber a população atingida<sup>8</sup> pela construção da hidrelétrica. O termo “cidade planejada” é adotado por Catullo e Coun (2002), mas também podemos identificar o uso de “assentamentos forçados” (PARTRIDGE, 1985) e de “relocações urbanas” causadas por represas (BARTOLOMÉ, 1985). Em todas estas situações, trata-se de um assentamento urbano preparado para receber a população atingida e realocada em razão da construção de uma hidrelétrica. Difere, portanto, daquilo que a literatura define como “cidade da companhia” (TRINDADE JÚNIOR; ROCHA, 2002), “cidade-empresa” (PIQUET, 1998) ou “franjas urbanas avançadas” (BECKER, 1990a), uma vez que estas se constituem enquanto assentamentos voltados à moradia dos empregados da companhia.

Para o contexto estudado, temos como exemplo os assentamentos de Jacundá, Breu Branco e de Novo Repartimento, que, posteriormente, se transformaram em cidades-sede de municípios. As antigas localidades desapareceram com o enchimento do lago em 1985 e naqueles espaços foram realocadas as populações atingidas. Vale salientar que o termo “cidade” passa a ser adotado pelos moradores reassentados antes dos procedimentos político-administrativos de reconhecimento da sede municipal.

<sup>8</sup> Foram denominados também como “impactados” e “expropriados”, conforme analisa Magalhães (2007).

Há de se ressaltar que a “cidade planejada” prometida pela Eletronorte é mais uma intenção que a realização de uma situação concreta. Isso porque, quando chegaram ao local da nova moradia, os primeiros moradores se depararam com a precariedade da infraestrutura e dos serviços que pouco se equiparavam às promessas feitas pela empresa. As narrativas coletadas em campo indicam que foi preciso muita luta dos atingidos para a chegada da infraestrutura e dos serviços negociados com a estatal federal responsável pelo empreendimento. Contudo, observaremos, primeiramente, as questões relacionadas ao lugar da antiga morada – a Vila de Velho Repartimento.

## 2 O VELHO REPARTIMENTO

O antigo povoado chamado de Repartimento nasceu com a chegada dos empregados da empresa Mendes Júnior, que foram trabalhar na terraplanagem da BR-422, Rodovia de ligação da Transamazônica (BR-230) com a Hidrelétrica de Tucuruí na década de 1970. Na narrativa de um ex-trabalhador da empresa, temos os fragmentos do período vivido. Diz ele que nasceu em Cametá – município localizado no Baixo Tocantins, no nordeste paraense – e aos três anos de idade mudou-se para Alcobaça<sup>9</sup>. Aos 15, começou a trabalhar como ajudante de pedreiro, carpinteiro, feirante, estivador e balconista, mas foi em 1971 que saiu da cidade de Tucuruí, onde morava, para se aventurar em uma nova frente de trabalho. Era a abertura da Transamazônica<sup>10</sup>, para onde se dirigiu e se empregou na referida empresa, desenvolvendo as atividades de topografia, assentamento de bueiros e pintura. Ele assim nos explica a origem do nome Repartimento:

[...] aquele local onde a Mendes Júnior estava foi titulado de Repartimento. Por que Repartimento? Existe um rio que a água se divide, se reparte. E também, ali, ela faz limite com as terras indígenas. E também, uma outra questão, ali que, esse nome de Repartimento, era *aonde* os mariscadores de gato se encontravam, de seis em seis meses. Deixavam as peles de gato,

<sup>9</sup> São Pedro de Alcobaça foi o lugar escolhido para ser o ponto de partida para a construção da Estrada de Ferro do Tocantins, em fins do século XIX. Depois recebeu o nome de Tucuruí através do Decreto-Lei nº 4.450, de 30/12/1944. Até 1947, era integrante do município de Baião, ano em que recebeu a sua autonomia municipal (PARÁ, 2005).

<sup>10</sup> A integração da porção oriental da Amazônia ao restante do País marca a transição do padrão dendrítico, onde os rios são os principais meios de transporte de pessoas e mercadorias na região, para um sistema mais complexo de rede urbana (CORRÊA, 1987), com maior presença de rodovias, por exemplo, implantadas com a nova promessa do desenvolvimento da “terra sem homens para homens sem-terra”, conforme anunciava o presidente da república Emílio Garrastazu Médici, em maio de 1973, quando descerrava a placa de inauguração da Rodovia Transamazônica em Altamira-PA. A esse respeito, Miranda (1990) destaca os projetos de colonização oficiais executados pelo governo federal, dentre eles o Programa Integrado de Colonização que se materializou ao longo da Transamazônica.

de onça, pegavam o aviamento [...] e voltavam novamente. Então essa é a origem do nome Repartimento (informação verbal)<sup>11</sup>.

No depoimento, chamam atenção as atividades diversas não especializadas desenvolvidas por nosso entrevistado e a busca permanente por uma posição mais estável de trabalho. A nova “frente de expansão” (VELHO, 1979) constitui a possibilidade de melhor salário e de acesso à terra, sonho de todo migrante recém-chegado à Transamazônica.

Prossigue a narrativa detalhando que, com o fim das obras, muitos trabalhadores resolveram ficar. Naquele momento, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) estava fazendo loteamento e o entrevistado foi assentado em um lote de 100 hectares (10 mil metros quadrados) nas proximidades da Vila de Repartimento. Diz ele: “Recebemos uma casa construída de madeira, teve uma ajuda de salário durante um ano [...]. Ninguém pegava no dinheiro” (informação verbal)<sup>12</sup>. O valor era convertido em alimentos, fornecidos pela Companhia Brasileira de Alimentação (COBAL), e em ferramentas.

Uma das primeiras professoras da localidade segue a mesma linha de narrativa ao afirmar que:

[...] o povoado de Repartimento [...] surgiu na beira da estrada Transamazônica, no entroncamento que ia para Tucuruí. E ali teve uma construtora que fez um povoadozinho ali, durante o tempo em que eles estavam trabalhando. Quando eles seguiram ficou o povoado e alguns funcionários e [...] colonos que vieram para o assentamento. Aí foi formando uma vilazinha [...]. Muita gente foi vendo aquele povoadinho crescendo, pessoas que queriam mudar de vida, foi aglomerando ali, e formando o nosso povoadinho. Nós estamos ali, bem tranquilos pensando que iríamos formar a nossa cidadezinha [...]. Aí chegou os funcionários da Eletronorte dizendo que nós ia ser expropriado (informação verbal)<sup>13</sup>.

As histórias se cruzam e os fatos vão ganhando o contorno de regularidade. Outro expropriado, oriundo de Araguaína (estado de Goiás), afirma ter chegado à região em 1976, por conta dos assentamentos de colonização do INCRA. Explica que naquele tempo a precariedade do atendimento de saúde na Transamazônica era grande: “não tinha enfermeiro, não tinha auxiliar de saúde, não tinha médico, não tinha nada” (informação verbal)<sup>14</sup>.

<sup>11</sup> Informação concedida pelo Seu Remansão da Beira, agricultor, em Novo Repartimento-PA, em julho de 2018.

<sup>12</sup> Informação concedida pelo Seu Remansão da Beira, agricultor, em Novo Repartimento-PA, em julho de 2018.

<sup>13</sup> Informação concedida pela Dona Altamira do Tocantins, professora, em Novo Repartimento-PA, em julho de 2018.

<sup>14</sup> Informação concedida pelo Seu Jatobal, comerciante, em Novo Repartimento-PA, em julho de 2018.

Por essa razão, esse mesmo expropriado obteve a autorização do Conselho Federal de Farmácias do Estado do Amapá para desenvolver suas atividades no Posto de Medicamentos de Repartimento e adjacências. Suas habilidades em análises clínicas, obtidas na Universidade Federal de Goiás (UFG), foram de grande utilidade diante das precariedades locais. Isso lhe permitiu montar uma farmácia, a única, num trecho entre as cidades de Altamira e Marabá com cerca de 600 km de distância entre elas.

É a técnica transformando a natureza, segundo os pedidos do capital. São as novas configurações territoriais em formação que chegam à região: estradas, assentamentos, cidades, equipamentos, dentre outros, para assegurar o perfeito funcionamento da divisão territorial do trabalho. Uma nova geografia regional se desenhava, levando ao desaparecimento das economias de subsistência para que novas modalidades produtivas pudessem aparecer, sob uma nova lógica, articulada a novos circuitos da economia global e sob o controle dos espaços de comando (SANTOS, 2006).

Como analisou Hébette (1991), essa dinâmica articulava a abertura de estradas, a incorporação de novos territórios ao mercado de terras, a implantação de grandes projetos, a expulsão da população preexistente no lugar e a mobilização de mão de obra barata e disponível para os novos empreendimentos recém-chegados à região. Assinala o autor que:

Desde o fim dos anos de 1950, com a abertura da Rodovia Belém-Brasília e, em 1970, da Transamazônica dirigiram-se para a região fluxos intensos de migrantes, na maioria lavradores expulsos dos mais diversos Estados do país. Acompanhando esse movimento e, em alguns casos, antecedendo-o operou-se um grande movimento de especulação fundiária que retalhou toda a região em imensos latifúndios de dezenas e até centenas de milhares de hectares. Esse duplo movimento representa a primeira fase – o primeiro momento – da incorporação à dinâmica do mercado nacional: a do mercado de terras. No decorrer dos anos 70 e início dos anos 80, foram implantados os grandes projetos estatais apoiados em capital estrangeiro: a mina de ferro da serra de Carajás, as minas de manganês, ouro, bauxita, a **represa de Tucuruí** [...] (HÉBETTE, 1991, p. 200, grifo nosso).

Trata-se de uma área de fronteira<sup>15</sup> e, por isso, de intensa migração. Quando Seu Jatobal afirma que “é difícil encontrar um paraense por aqui”, tem-

<sup>15</sup> O conceito de “fronteira” remete a uma diversidade de formulações. Aqui, ressaltamos algumas possibilidades como a “fronteira econômica”, a “fronteira urbana” e a “fronteira tecnológica” (BECKER, 1990a; BECKER; MIRANDA, 1987). Nas três situações, trata-se da fronteira produzida por agentes econômicos e políticos movidos por interesses bem definidos. A fronteira denominada como o “confins do humano”, como assinala Martins (2009), remete à humanidade muitas vezes negada por atos de violência, praticados pelo poder do mais forte quando entra em ação a frente de expansão da sociedade nacional sobre os territórios étnicos. Dessa forma, para fins analíticos, entendemos a fronteira como um espaço de disputa, de construção e reconstrução de práticas e lógicas, em que opera e prevalece, mesmo com a resistência de grupos subalternos, o poder do mais forte que desumaniza o outro.

se a dimensão da mobilidade de população, especialmente aquela atraída pela obra, pela oportunidade de emprego ou direcionada aos assentamentos rurais. Dentre eles, paranaenses, maranhenses, goianos, mineiros e baianos. Temos naquele lugar “a colonização planejada da Rodovia Transamazônica levada a cabo pelo INCRA” (VELHO, 1979, p. 219).

Depois de 12 anos, o Velho Repartimento já tinha “delegacia, posto de saúde, colégios, igrejas, comércios, dormitórios, farmácia, padaria, empresas madeireiras, uma infraestrutura básica de um vilarejo” (informação verbal)<sup>16,17</sup>. Pensava-se que ele se transformaria em uma cidade no futuro, comenta o expropriado. Podemos considerar esses locais como “lugares da memória”, onde a vida social se realizou por mais de uma década, conforme sugere Pollak:

[...] quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada [...]. Além desses acontecimentos, a memória é constituída por pessoas, personagens. [...] Além dos acontecimentos e das personagens, podemos finalmente arrolar os lugares. Existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal [...] (POLLAK, 1992, p. 2).

Nas Fotos 1 a 4, apresenta-se o pequeno vilarejo, pobre, de poucas vias de chão batido, com casas construídas em madeira ou pau a pique, cobertas por telhas de barro ou palha e com pouco mais de 5 mil habitantes. Os detalhes foram colhidos juntos aos expropriados com o uso da fotografia para “avivar” a experiência vivida. Por várias vezes, expusemos as fotos para serem observadas e comentadas, individualmente ou em grupo, como forma de recuperar as informações da época.

<sup>16</sup> Informação concedida pelo Seu Remansão da Beira, agricultor, em Novo Repartimento-PA, em julho de 2018.

<sup>17</sup> Também podemos nos referir a eles como “objetos familiares”, aqueles com os quais se está em contato cotidianamente e que remetem à experimentação da sensação de estabilidade e segurança, bem como aos hábitos locais que resistem às mudanças impostas e ameaças de perda de seu lugar. Assim, podemos afirmar que “não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial” (HALBWACHS, 1990, p. 143).

Fotos 1 e 2 – A Rua Principal e o pequeno centro comercial na década de 1980: na primeira foto, da rua principal, estão casas de antigos moradores e, ao fim da rua, as barracas de venda de comida da beira da estrada. Na segunda foto, a mesma rua é vista de um outro ângulo, reconhecendo-se, ao fim da rua, a igreja católica, onde aconteceram as assembleias e reuniões durante a mobilização dos atingidos



Fonte: Arquivo da Empresa Engevix.

Fotos 3 e 4 – Serviços de velho repartimento na década de 1980: na primeira foto, às margens da Transamazônica, as barracas de comida reconhecidas nas entrevistas como sendo de dona Helena, de seu Mauro Preto, de dona Angélica, de dona Corsina, de dona Iracélia, de dona Josefa e de Raimundo do Cabelo Duro; na segunda foto, a oficina de carros identificada como sendo do Paraíba e de seus filhos, Baiano e Julinho



Fonte: Arquivo da Empresa Engevix.

Estas imagens fazem parte do passado e da memória de seus antigos moradores, uma vez que a localidade de Repartimento desapareceu com o enchimento do lago da Hidrelétrica de Tucuruí. Observamos que, durante a listagem dos nomes de antigos moradores – por exemplo, dona Helena, Mauro Preto, Angélica, Corsina, Iracélia, Raimundo do Cabelo Duro, Paraíba, Baiano

e Julinho – por um dos entrevistados já mencionado (Seu Remansão da Beira, agricultor, Novo Repartimento-PA, jul. 2018), as informações vieram incompletas, sem o sobrenome, ou apenas com o nome conhecido ou apelido. São os fragmentos da história que nos levam a entender as parcialidades vividas, registradas ou esquecidas. É o caráter flutuante da memória, conforme tratou Pollak (1992).

Os relatos narram um rosário de perdas e lamentos que vão emergir na cena pública na forma de luta por direitos, conforme analisou Magalhães (2007). Afirma a autora que:

O lamento, pelo exposto, é uma volta ao passado, ao conteúdo de irreversibilidade inerente a este tipo de processo de deslocamento compulsório, mas, aponta, sobretudo, para o fato de que as rupturas são também formas de reapropriação das representações que estes camponeses têm sobre suas próprias vidas. Desta perspectiva, trata-se de um contexto, ou melhor, de um processo em que aspectos constitutivos do modo de vida passado, até então naturalizados, são transformados em direitos e emergem na arena pública (MAGALHÃES, 2007, p. 223).

### 3 A LUTA DE RESISTÊNCIA ENTRE O “VELHO” E O “NOVO” REPARTIMENTO

Segundo Seu Remansão da Beira, por volta de 1978, apareceram dois funcionários da empresa Basevi, contratada pela Eletronorte, para fazer o censo econômico e coletar informações acerca dos moradores da localidade. Ao terminar o trabalho, os técnicos se dirigiram aos moradores dizendo que eles estavam proibidos de plantarem “cultura” de ciclo permanente, podendo cultivar apenas as temporárias, como arroz, feijão e milho. Essa situação perdurou por três anos sem que o governo federal apresentasse qualquer solução para o caso.

Somente em 1982, quando as obras já estavam acontecendo, foi que o governo começou a pagar as “irrisórias indenizações”, de acordo com o que nos foi informado em entrevista: “Não tivemos acesso a uma tabela de preço. Eles não tinham uma proposta para onde nos relocar para a área rural, não tinham uma proposta para alocar o pessoal da área urbana” (informação verbal)<sup>18</sup>.

Em forma de lamentação, ouvimos de um dos atingidos: “Foi em fevereiro de 1979 que o problema da hidrelétrica chegou até minha casa” (informação verbal)<sup>19</sup>, mostrando que a vida começava a mudar para os moradores do Velho Repartimento. Era o início do levantamento socioeconômico das famílias<sup>20</sup>.

<sup>18</sup> Informação concedida pelo Seu Remansão da Beira, em Novo Repartimento-PA, em julho de 2018.

<sup>19</sup> Informação concedida pelo Seu Jatobal, comerciante, em Novo Repartimento-PA, em julho de 2018.

<sup>20</sup> “Inaugura-se com a chegada dos grandes projetos na Amazônia – particularmente promovido

Os depoimentos colhidos demonstram a preocupação com a forma de abordagem da empresa durante o levantamento e a expectativa criada com a presença de técnicos no lugar. Isso remete, por exemplo, à data do remanejamento, ao valor das indenizações, aos direitos que os atingidos teriam e ao novo lugar onde seriam reassentados. Como bem disse Martins:

[...] aqui se trata de projetos de envergadura econômica, como hidrelétricas, rodovias, planos de colonização, de grande impacto social e ambiental, mas que não têm por destinatários as populações locais. Seu pressuposto é da remoção dessas populações [...]. Não se trata de introduzir nada na vida dessas populações, mas de tirar-lhes o que têm de vital para sua sobrevivência, não só econômica: terras e territórios, meios e condições de existência material, social, cultural e política. É como se [...] não tivessem direito a sua humanidade (MARTINS, 1991, p. 16).

Ocorre que, diante das proibições impostas pela Eletronorte, das baixas indenizações e da falta de local para realocação dos atingidos, surgem as primeiras mobilizações na localidade de Repartimento. Isso começa em 1982, com o apoio da Igreja Católica por meio do Bispo Dom Elias Chaves, da Prelazia de Cametá.

Advém daí a chegada de uma assessora da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) com experiência em barragem e a formação de uma equipe de assessoria – uma educadora, um agrônomo e um advogado – ligados à CPT, em apoio ao Movimento dos Atingidos. Foi dessa articulação que se originou a primeira assembleia dos atingidos em um espaço cedido pela Igreja Católica.

Nessa data, formou-se a Comissão Mista de Negociação, que passou a intermediar a relação dos atingidos com os órgãos estatais, como o INCRA, o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), o Instituto de Terras do Pará (ITERPA) e a proposição de realização do primeiro acampamento, acontecido em 09/09/1982, conforme relatou um dos entrevistados – Seu Jatobal, comerciante, Novo Repartimento-PA, jul. 2018 –, uma vez que os acampamentos e os atos públicos constituíram-se na estratégia principal de mobilização dos atingidos para pressionar a Eletronorte.

---

por empreendimentos hidrelétricos e minerais –, a prática dos cadastramentos das populações residentes nas áreas pretendidas pelas empresas, com um discurso que pressupõe que sua propriedade está sendo ameaçada pelas populações. Duas dimensões podem ser percebidas: a primeira, negação da ocupação anterior do território e invisibilidade expropriadora; segunda, a inversão da concepção de direito, pois a empresa subverte regras e estatutos da presença étnica ou socialmente definida por cabocla na área, impondo outra relação social e do homem x natureza” [...]. Na construção das hidrelétricas de Tucuruí (Pará) e Balbina (Amazonas), a Eletronorte teve no cadastramento, instrumento de controle, de pressão e de expropriação contra pequenos produtores rurais e pescadores, habitantes nas áreas dos atuais reservatórios” (ACEVEDO MARIN; CASTRO, 1995, p. 315).

Essa experiência localizada vai se somar a outras mobilizações, originando o Movimento dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí, que foi o porta-voz e instrumento de luta desses sujeitos contra a ação expropriadora da Eletronorte. Entre os anos de 1982 e 1984, foram realizados três acampamentos que ocuparam os espaços de propriedade da empresa e um conjunto de outras ações – assembleias, atos públicos e negociações em Tucuruí, Belém e Brasília – na região, ocorridas em vilas, cidades e áreas rurais que exigiam justas indenizações e assentamentos para os moradores atingidos pelo empreendimento, mesmo sob forte repressão promovida pelo Estado sob orientação da Eletronorte (informação verbal)<sup>21</sup>.

Além da documentação disponível em forma de noticiário, relatos dão conta de uma série de arbitrariedades cometidas pela polícia em manifestações realizadas pelo Movimento dos Atingidos, como prisão de agente pastoral e lideranças, incêndio em casas de expropriados, espancamento de manifestantes, tentativas de impedimentos de realização de atos públicos, uso de armas de grosso calibre, de cassetetes e de gás lacrimogênio. Além da derrubada e incêndio de casas dos atingidos.

Rememorando situações semelhantes, um expropriado afirmou que seu barraco foi incendiado por ordem de um fiscal que trabalhava para a Eletronorte. Ele nos narrou que:

[...] tinha um cidadão que era o fiscal [...] ele mandou um rapaz tocar fogo no meu barraco, que era coberto de palha [...] até que eu me desesperei esse dia, e fui agarrar ele. Eu tava com mal intenção. O cara se desespera e não sabe nem o que é que faz. Foi aí, que outros companheiros me pegaram [...] e não deixaram haver um atrito [...] (informação verbal)<sup>22</sup>.

Podemos pensar, dessa forma, que cidades como Novo Repartimento<sup>23</sup>, Breu Branco e Nova Jacundá são resultantes dessa ação estatal, uma vez que a Hidrelétrica de Tucuruí desarranjou os modos de vida preexistentes e os espaços locais ao remanejar as famílias de vilas e localidades afetadas pelo enchimento do lago que, em decorrência disso, foram realocadas em novas cidades criadas para este fim. No momento de construção da hidrelétrica, Repartimento e Jacundá,

<sup>21</sup> Informação concedida pela Dona Santa Rosa, ex-técnica da CPT, em Brasília-DF, em agosto de 2017.

<sup>22</sup> Informação concedida pelo Seu Jacundazinho, carroceiro, em Novo Repartimento-PA, em julho de 2018.

<sup>23</sup> Mesmo sendo chamado de cidade por seus moradores, essa formalização do antigo assentamento só ocorreu com a criação do município de Novo Repartimento por meio da lei estadual em 1991. O seu território político-administrativo foi formado a partir do desmembramento dos municípios de Tucuruí, Jacundá e Pacajá, conforme a Lei Nº 5.702, de 13 de dezembro de 1991, sancionada pelo governador do Pará, Jáder Barbalho. A posse de seu primeiro pelo prefeito e a da Câmara de Vereadores só ocorreu em janeiro de 1993 (PARÁ, 2005).

por exemplo, eram pequenas vilas e hoje são sedes de municípios com mais de 50 mil habitantes cada, segundo os dados do Censo Demográfico mais recente (IBGE, 2010).

Por meio de levantamento fotográfico, delineamos os passos iniciais de construção da cidade de Novo Repartimento no cruzamento da Rodovia Transamazônica (BR-230) com a Rodovia BR-422, antes do enchimento do lago em 1985. Primeiramente, a Eletronorte comprou quatro lotes de aproximadamente 968 mil m<sup>2</sup> que serviriam como área de reassentamento das famílias, seguido do desmatamento e queimada, terraplanagem e definição do sistema viário (Fotos 5 e 6).

Fotos 5 e 6 – Vista geral do terreno da nova cidade na primeira metade da década de 1980: preparação e terraplanagem da área onde seria construído o novo núcleo urbano de Novo Repartimento. Na segunda foto, imagem aérea da área destinada ao Novo Repartimento, já com terraplanagem e traçado viário definido, verificando-se a Rodovia Transamazônica (BR-230), no lado esquerdo, e, em cima, a BR-442, que liga Repartimento à Tucuruí



Fonte: Arquivo pessoal de Joaquim Veiga, Acervo da Empresa Engevix, respectivamente.

Apesar das adversidades, havia por parte da Comissão dos Expropriados<sup>24</sup> a preocupação de que o processo de reassentamento respeitasse alguns critérios, como: a manutenção das relações de vizinhança já estabelecidas; a proximidade da localização das famílias reassentadas perto da Rodovia Transamazônica para facilitar a mobilidade dos reassentados; a realização de sorteio para assegurar a transparência na distribuição dos lotes; a entrega das casas mediante a emissão de escritura pública de cada lote; e a garantia de que o expropriado tivesse tempo suficiente para fazer a sua mudança sem atropelos. Isso, porém, não aconteceu

<sup>24</sup> “Expropriado” também era um termo de autoidentificação usado por lideranças do Movimento dos Atingidos. Em entrevista, um dos coordenadores do movimento, por muitas vezes, referiu-se à Comissão dos Expropriados. A mesma ocorrência se verifica quando o termo usado é “Hidrelétrica”, muitas vezes, substituída por “Barragem”.

durante o processo de negociação com a Eletronorte (COMISSÃO DOS EXPROPRIADOS PELA BARRAGEM DE TUCURUÍ, 1983).

Quando as casas estavam sendo prontas, os expropriados começaram a construir ao lado delas as barracas de lonas como forma de pressionar a Eletronorte para a conclusão da nova moradia: “a primeira área entregue foi no Parque Marajó, hoje conhecido como Parque da Cospel<sup>25</sup>, onde foram construídas as casas”. Iniciaram-se as relocações em 1984: “na época eram 1.225 expropriados, mais de 800 da área urbana e mais de 400 da área rural” (informação verbal)<sup>26</sup>. Segundo ele, estes podem ser considerados os primeiros moradores da cidade de Repartimento.

Concluídas as moradias, iniciou-se a mudança das famílias. As dificuldades enfrentadas pelos atingidos, depois de reassentados, envolviam a falta de água, luz, drenagem, pavimentação de vias e os equipamentos coletivos acordados em mesas de negociações. A mudança foi no período chuvoso, no chamado inverno amazônico, e os alagamentos e lamaçais foram inevitáveis.

Faltava água para lavar louça e roupa, fazer comida e tomar banho. Durante muito tempo, o abastecimento foi feito com ajuda de um carro-pipa e o recipiente de recepção da água era um camburão de ferro colocado pela empresa em frente às residências, mas havia dúvidas quanto à sua qualidade para o consumo humano.

O relato colhido em entrevista reafirma as dificuldades do período:

[...] a nossa chegada, aqui, foi difícil [...] uma região chuvosa, muita lama, nós não tínhamos água. Não tinha nada, eles estavam, ainda, fazendo o poço artesiano. Aí, eles davam um tambor, com uma aguinha regrada. De carro pipa, pegava a água do igarapé e jogava lá pra nós. [...] A gente lutava para que os vizinhos ficassem um perto do outro; você já tem convivência com as pessoas, de repente você ficar isolado... (informação verbal)<sup>27</sup>.

Apesar de todas as dificuldades iniciais, o assentamento foi dotado de infraestrutura e equipamentos para receber os novos moradores, como posto médico, delegacia de polícia, subprefeitura, escolas, cemitério, centro comercial, feira, campo de futebol e rede de água, esgoto e energia; serviços necessários para que a vida pudesse recomeçar. As Fotos 7 e 8 demonstram a recém-construída cidade de Novo Repartimento.

<sup>25</sup> Na cidade foram 6 áreas de reassentamento que receberam o nome de parques. Além do já citado anteriormente, existiam ainda o Parque Uirapuru, Parque Morumbi, Parque Espigão, Parque Vila Nova e Parque da Ladeira (hoje denominado de Vila Marabá).

<sup>26</sup> Informação concedida pelo Seu Remansão da Beira, agricultor, em Novo Repartimento-PA, em julho de 2018.

<sup>27</sup> Informação concedida pela Dona Itaboca, comerciante, em Novo Repartimento-PA, em julho de 2018.

Fotos 7 e 8 – Cidade de Novo Repartimento em 1984: aspectos das casas e do urbanismo inicial do novo núcleo urbano



Fonte: Arquivo pessoal de Miguel Chikaoka.

Na fronteira, o conflito é inevitável. Como analisou Martins (2009), ela se faz pelo avanço da sociedade nacional sobre novos territórios. Entenda-se não só o deslocamento de migrantes pobres e descapitalizados, mas especialmente do capital, representado por fazendeiros, pecuaristas, madeireiros, comerciantes e empresas ávidas por terras, rios, florestas e matérias-primas abundantes no solo e no subsolo.

Inicialmente, vieram os trabalhadores das empresas que fizeram as obras nas estradas da região e os moradores das proximidades que se instalaram no Trevo, chamado de “Vila Tucuruí”, antes mesmo da entrega das casas. Mesmo realocadas, muitas famílias mantiveram parentes no local. Foi criado um centro comercial para a venda de frutas e animais de caça em barracas cobertas por lona, plástico e palha, localizado no entroncamento da Rodovia Transamazônica com a BR-422, que liga Novo Repartimento às cidades de Marabá, Altamira e Tucuruí.

Foi assim que surgiu o primeiro centro comercial em fins do ano de 1982 e início de 1983. Conforme o relato de uma liderança dos atingidos, esse centro cresceu e, com ele, os bairros das proximidades, devido ao fluxo migratório de outras cidades do sudeste do Pará que, inclusive, nomearam alguns bairros com nomes de municípios paraenses, como Itupiranga e Marabá, e de outras áreas que foram se agregando contiguamente aos reassentamentos, como a que foi denominada de Forró da Velha, que era “um local de festa bastante conhecido pelos moradores, além dos bairros Vale do Sol I, II e III” (informação verbal)<sup>28</sup>. A expansão, com o tempo, passou a ocupar também os córregos e igarapés da cidade.

<sup>28</sup> Informação concedida pelo Seu Remansão da Beira, agricultor, em Novo Repartimento-PA, em julho de 2018.

Dessa forma, a cidade em questão é resultado de dois movimentos simultâneos: da realocação dos atingidos pela hidrelétrica e da chegada de migrantes advindos das cidades próximas e de outras regiões do Brasil. Essa presença migrante de fora da região tornou-se importante para as questões políticas da cidade referentes à sua emancipação de Tucuruí, às primeiras eleições para a Prefeitura e Câmara de Vereadores e às disputas em torno do poder político municipal no que se refere ao controle do repasse de recursos feitos pela Eletronorte às cidades impactadas pela obra.

Os atingidos são minoritários numericamente em relação ao conjunto da população do lugar que, segundo a narrativa dos atingidos, querem apagar a sua trajetória de participação na constituição do núcleo populacional que deu origem à cidade de Novo Repartimento. Essas divergências giram em torno da aplicação dos recursos dos *royalties* recebidos pelas prefeituras por conta dos impactos da hidrelétrica nos municípios atingidos, bem como por uma variedade de serviços e obras que chegaram à mesorregião. Segundo o depoimento de um entrevistado, foi o Movimento dos Atingidos que tomou a iniciativa de organizar o plebiscito para emancipar Novo Repartimento, para que este pudesse se tornar um município (informação verbal)<sup>29</sup>.

Ao se referirem ao passado, muitas histórias são narradas, como as contadas acima. As lembranças remetem ainda ao sofrimento, aos acampamentos dos expropriados, às negociações duradouras com as instituições estatais, bem como a outros dilemas, como o enfrentamento com a força policial. Todas as conquistas alcançadas, segundo a fala de lideranças do Movimento dos Atingidos, foi com muita luta.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A constituição de uma parte das cidades na Amazônia, especialmente aquelas surgidas a partir da década de 1970, guarda uma relação direta com a ação estatal ligada à implantação de grandes projetos econômicos na região, seja para a concentração de mão de obra barata para os empreendimentos, seja como resultante do impacto da construção de estradas e rodovias ou da implantação de projetos de mineração, energia e de colonização pública e privada. Na memória dos atingidos, a dor, o constrangimento e a ação desumanizada por seus antagonistas marcam os relatos coletados durante o trabalho de campo. Foram recorrentes o choro, as lágrimas, as palavras presas na garganta e as mãos trêmulas durante as entrevistas. São

<sup>29</sup> Informação verbal concedida pelo Seu Jatobal, comerciante, em Novo Repartimento, em julho de 2018.

as “memórias subterrâneas” ou “clandestinas”, silenciadas pelo poder hegemônico à espera de uma oportunidade de emergência para expressar no espaço público os “ressentimentos acumulados no tempo” e que, por sua vez, estão disputando com a “memória oficial” as narrativas acerca da história dos acontecimentos, a sua percepção e a (re)significação dos fatos (POLLAK, 1989, p. 5). Afinal, como assinalou o autor, o silêncio prolongado não quer dizer esquecimento.

Assim, devemos pensar que “Novo Repartimento” representa um tipo de assentamento urbano ainda não experimentado na região, aquele “assentamento forçado” para receber a população atingida pela obra, conforme definiu Partridge (1985), que difere da “cidade da companhia” (TRINDADE JÚNIOR; ROCHA, 2002), “cidade-empresa” (PIQUET, 1998) ou “franjas urbanas avançadas” (BECKER, 1990a), ao mesmo tempo em que coexiste com as metrópoles, as cidades médias, as cidades ribeirinhas. Essa variedade de cidades, de relações sociais, de atividades econômicas e comerciais, de imaginários e circulações de ideias e valores nos informam sobre os “conteúdos plurais da urbanização” – a urbanodiversidade amazônica (TRINDADE JÚNIOR, 2010, p. 17). E, expressam, dessa forma, o lugar subalterno da Amazônia na divisão social e territorial do trabalho, alinhada aos pedidos do capital e dependente das políticas estruturais do Estado para a região.

Passados 40 anos do acontecido, famílias inteiras ainda aguardam as reparações da Eletronorte. Na cidade de Novo Repartimento, visitamos um conjunto residencial com pouco mais de 500 unidades que iam ser entregues à cooperativa dos expropriados como parte das indenizações devidas e não pagas até hoje. A rememoração das situações também revela a teia de relações estabelecidas entre os atingidos, os setores da Igreja Católica e os aprendizados advindos do contato junto à CONTAG, que deslocou uma dirigente para a região e partilhou sua experiência de luta contra a construção de hidrelétricas no Nordeste e ajudou na mobilização inicial da resistência local.

Aquilo que no início foi objeto de denúncias localizadas e da produção de cartas individualizada aos responsáveis pelo empreendimento, transformou-se em um grande movimento contestatório denominado de Movimento dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí, que representou a reação popular diante das arbitrariedades cometidas pela Eletronorte. Esse movimento deu voz, em torno de si, aos expropriados e se tornou o principal canal de representação política daquela luta, na qual os moradores de Novo Repartimento tiveram papel de protagonistas nessa construção, conforme buscamos aqui retratar.

## REFERÊNCIAS

- ACEVEDO MARIN, R.; CASTRO, E. M. R. Grandes projetos e terras de negro: conflito e resistência no Trombetas. *In*: CASTRO, E. M. R.; MOURA, E.; MAIA, M. (org.). **Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço**. Belém: Edufpa, 1995. p. 301-333.
- BARTOLOMÉ, L. Estrategias adaptativas de los pobres urbanos: el efecto “entropico” de la relocalización compulsiva. *In*: BARTOLOMÉ, L. (org.). **Relocalizados: antropología social de las poblaciones desplazadas**. Buenos Aires: IDES, 1985. p. 7-22.
- BECKER, B. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990a.
- BECKER, B. A fronteira em fins do século XX: oito proposições para um debate sobre a Amazônia. *In*: BECKER, B., MIRANDA, M., MACHADO, L. (org.). **Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território**. Brasília, UNB/Rio de Janeiro: Edufrj, 1990b. p. 15-31.
- BECKER, B.; MIRANDA, M. **O papel das cidades na ocupação da Amazônia**. Brasília, DF: Convênio IPEA/CEPAL, 1987.
- CASTRO, E. M. R. Industrialização, transformações sociais e mercado de trabalho. *In*: CASTRO, E. M. R.; MOURA, E.; MAIA, M. (org.). **Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço**. Belém: Edufpa, 1995. p. 91-120.
- CATULLO, M.; COUN, E. Estudios de impactos sociales en el Mercosul. Procesos relocalizatorios, nuevos espacios urbanos y reconstrucción de redes de relaciones sociales. **Cuadernos de Antropología Social**, Buenos Aires, n. 15, p. 49-69, 2002.
- COMISSÃO DOS EXPROPRIADOS PELA BARRAGEM DE TUCURUÍ. **Propostas de critérios para operacionalização da relocação para Novo Repartimento**. Tucuruí: Comissão dos Expropriados pela Barragem de Tucuruí, 23 out. 1983. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1Ggs12MYwCfL9WZwUHnxJC1aY8pJCy4PL/view>. Acesso em: 20 maio 2020.
- CORRÊA, R. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 39-68, 1987.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HÉBETTE, J. As lutas sindicais em resposta às agressões dos grandes projetos. *In: HÉBETTE, J. (org.). O cerco está se fechando: impactos do grande capital na Amazônia.* Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Fase; Belém: NAEA/UFPA, 1991. p. 199-214.

IBGE. Censo Demográfico 2010. **IBGE**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em <https://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em: 20 maio 2020.

LEFÈBVRE, H. **La producción de l'espace.** Paris: Anthropos, 1974.

MAGALHÃES, S. B. **Lamento e dor: uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens.** 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém; École Doctorale Vivant et Sociétés, Université Paris 13, Paris, 2007.

MARTINS, J. S. A chegada do estranho: notas e reflexões sobre o impacto dos grandes projetos econômicos nas populações indígenas e camponesas da Amazônia. *In: HÉBETTE, J. (org.). O cerco está se fechando: impactos do grande capital na Amazônia.* Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Fase; Belém: NAEA/UFPA, 1991. p. 15-33.

MARTINS, J. S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano.** São Paulo: Contexto, 2009.

MIRANDA, M. Colonização oficial na Amazônia: o caso de Altamira. *In: BECKER, B., MIRANDA, M., MACHADO, L. (org.). Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território.* Brasília, Edunb/Rio de Janeiro: Edufrj, 1990. p. 35-46.

PARÁ. Secretaria Executiva de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças. **Estatística Municipal de Tucuruí.** Belém: SEPOF, 2005.

PARTRIDGE, W. Reasentamiento de comunidades: los roles de los grupos corporativos en las relocalaciones urbanas. *In: BARTOLOMÉ, L. (org.). Relocalizados: antropología social de las poblaciones desplazadas.* Buenos Aires: IDES, 1985. p. 49-66.

PEREIRA, E.; SILVA, M.; FERREIRA, T. Vila permanente: recortes e retratos de uma company town na Amazônia. *In: TRINDADE JÚNIOR, S-C. C.; ROCHA, G. M. (org.). Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local.* Belém: Paka-Tatu, 2002. p. 59-81.

- PINTO, L. A desorganização do grande projeto. *In*: CASTRO, E. M. R.; MOURA, E.; MAIA, M. (org.). **Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço**. Belém: Edufpa, 1995. p. 47-58.
- PIQUET, R. **Cidade-empresa: presença na paisagem urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- POLLAK, M. Memória, silêncio, esquecimento. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- QUEIROZ, M. P. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.
- RIBEIRO, G. Proyectos de gran escala: hacia un marco conceptual para el análisis de una forma de producción temporaria. *In*: BARTOLOMÉ, L. (org.). **Relocalizados: antropología social de las poblaciones desplazadas**. Buenos Aires: IDES, 1985. p. 25-45.
- ROCHA, G. M.; GOMES, C. A construção da usina hidrelétrica e as transformações espaciais na região de Tucuruí. *In*: TRINDADE JÚNIOR, S-C. C.; ROCHA, G. M. (org.). **Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local**. Belém: Paka-Tatu, 2002. p. 27-57.
- RODRIGUES, R. M. Desvelando formas e conteúdos: o núcleo urbano de Carajás. *In*: TRINDADE JÚNIOR, S-C. C.; ROCHA, G. M. (org.). **Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local**. Belém: Paka-Tatu, 2002. p. 113-135.
- SANTOS, M. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, M. Os grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial. *In*: CASTRO, E. M. R.; MOURA, E.; MAIA, M. (org.). **Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço**. Belém: Edufpa, 1995. p. 13-20.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. **Revista IEB**, São Paulo, n. 51, p. 113-138, set./mar. 2010.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Uma floresta urbanizada? Legado e desdobramentos de uma teoria sobre o significado da cidade e do urbano na Amazônia. **Espaço Aberto**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 89-108, 2013.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C; ROCHA, G. M. Cidade e empresa na Amazônia: uma apresentação do tema. *In*: TRINDADE JÚNIOR, S-C. C; ROCHA, G. M. (org.). **Cidade e empresa na Amazônia**: gestão do território e desenvolvimento local. Belém: Paka-Tatu, 2002. 2002. p. 13-23.

VELHO, O. **Capitalismo autoritário e campesinato**. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

Texto submetido à Revista em 13.05.2021  
Aceito para publicação em 11.07.2022

